

G20 BRASIL: O T20 BRASIL COMO FERRAMENTA DE PROJEÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Almir Lima Nascimento¹

Luís Guilherme Rodrigues Pinheiro²

RESUMO

Este artigo analisa como o *Think20* (T20), grupo de engajamento do Grupo dos Vinte (G20), em sua edição brasileira, denominada *Think20 Brazil* (T20 Brasil, em português), no contexto da presidência brasileira do fórum em 2024, contribuiu para a promoção da política externa do país (PEB), ao atuar na elaboração de recomendações para políticas públicas globais. A pesquisa, de natureza exploratória, baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de fontes primárias e secundárias, permitindo compreender a evolução da política externa brasileira, o funcionamento do G20, o papel dos grupos de engajamento e a atuação específica dos *think tanks* no T20 Brasil. Os resultados indicam que o T20 Brasil desempenhou um papel relevante ao reunir redes internacionais de especialistas e produzir recomendações organizadas em forças-tarefa temáticas alinhadas às prioridades da presidência brasileira. Essas contribuições foram sistematizadas em *policy briefs* e consolidadas no *Communiqué* do T20 Brasil, apresentado aos líderes do G20, evidenciando a articulação entre *think tanks* e a PEB ao projetá-la no cenário internacional por meio da elaboração e difusão dos instrumentos citados anteriormente.

Palavras-Chave: G20 Brasil; T20 Brasil; política externa brasileira; *think tanks*.

ABSTRACT

This article analyzes how *Think20* (T20), an engagement group of the Group of Twenty (G20),

in its Brazilian edition, known as *Think20 Brazil* (T20 Brasil), within the context of Brazil's 2024 presidency of the forum, contributed to the promotion of the country's foreign policy (PEB), by highlighting its role in the formulation of recommendations for global public policies. The research applies an exploratory approach based on literature review and documental analysis of primary and secondary sources, allowing for an understanding of the evolution of Brazilian foreign policy, the functioning of the G20, the role of engagement groups, and the specific performance of think tanks within T20 Brazil. The results indicate that T20 Brazil played a significant role by bringing together international networks of experts and producing recommendations organized into thematic task forces aligned with the priorities of the Brazilian presidency. These contributions were systematized in policy briefs and consolidated in the T20 Brazil *Communiqué*, presented to G20 leaders, highlighting the articulation between think tanks and Brazilian foreign policy (BFP), and projecting it onto the international stage through the development and dissemination of the aforementioned instruments.

Keywords: G20 Brazil; T20 Brazil; Brazilian Foreign Policy; think tanks.

INTRODUÇÃO

Este artigo examina o papel do T20 Brasil na promoção da política externa durante a presidência brasileira no G20, destacando sua atuação estratégica na construção de consensos globais e na elaboração de recomendações. O estudo foi gatilhado pela palestra ministrada pelo Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Ministro Almir Lima Nascimento, durante a Semana de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, realizada no dia 07 de maio de 2025, sob o tema "O T20 Brasil e a Política Externa Brasileira".

A relevância do tema está associada à crescente complexidade das agendas globais, nas quais fóruns multilaterais como o G20 as-

sumem papel central na tomada de decisões e na projeção internacional dos países. Nesse contexto, o T20, composto por acadêmicos e especialistas, configura-se como um canal estratégico de participação do Brasil, ao produzir recomendações com potencial de influenciar debates, declarações e políticas públicas no cenário internacional (Calmon; Nascimento; Morlim; Milanêz, 2024).

A pesquisa busca responder à seguinte questão: como o T20 Brasil, durante a presidência brasileira no G20, contribuiu para a promoção da política externa do país? Para tanto, o artigo está estruturado em quatro seções. Inicialmente, apresenta-se a evolução histórica da política externa brasileira e seu compromisso com o multilateralismo. Em seguida, examinam-se a origem, a evolução e o funcionamento do G20. Na terceira seção, analisa-se a presidência brasileira do G20, com ênfase no papel dos grupos de engajamento na construção de consensos e formulação de propostas. A quarta seção dedica-se ao T20 Brasil, sendo dividida em três subseções, que têm como objetivos: i) conceituar os *think tanks*; ii) analisar o funcionamento do T20 Brasil; e iii) investigar a elaboração de recomendações alinhadas às prioridades nacionais, discutindo a articulação entre os *think tanks* e os valores da política externa brasileira (PEB) na projeção do Brasil no âmbito do G20.

Ao articular perspectivas históricas, institucionais e contemporâneas, argumenta-se que o T20 Brasil ultrapassou um papel meramente consultivo, consolidando-se como instrumento relevante de projeção internacional da PEB. Sua atuação evidencia-se tanto na produção de recomendações técnicas e políticas quanto na capacidade de propor caminhos de implementação (Calmon; Nascimento; Morlim; Milanêz, 2024), reforçando sua importância nos debates globais e ampliando a visibilidade do Brasil.

Dessa forma, ao atuarem como espaço estratégico de articulação entre conhecimento especializado e formulação de políticas públicas globais, os *think tanks* envolvidos sistematizaram diagnósticos e elaboraram recomendações orga-

nizadas em forças-tarefa (TF, abreviação de Task Forces, em inglês, comumente utilizada) temáticas alinhadas às prioridades da presidência brasileira. Essas contribuições foram sistematizadas em policy briefs, que, por sua vez, foram consolidados no *Communiqué* do T20 Brasil, documento encaminhado aos líderes do G20 como subsídio técnico aos processos decisórios (Brasil, 2024c). Dessa forma, observa-se que o T20 Brasil caracterizou-se como mecanismo de tradução entre conhecimento acadêmico e processos decisórios multilaterais, contribuindo para a formulação de políticas públicas internacionais e para o fortalecimento da capacidade do Brasil de influenciar agendas estratégicas no âmbito da governança global.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica contempla autores consagrados que versam sobre a política externa brasileira, bem como outros que dialogam com os eixos analíticos do artigo, com vistas ao fortalecimento da consistência teórica e da robustez metodológica da investigação. A análise documental, por sua vez, baseia-se em fontes primárias e secundárias, permitindo a análise de conteúdo. Nesse sentido, articulam-se documentos institucionais do G20 Brasil, a título de referência: *T20 Brasil: Communiqué and Implementation Roadmaps* (Brasil, 2024c), a *Declaração Final do G20 Social* (Brasil, 2024b) e *Brasil na presidência do G20: prioridades, ações e resultados do mandato brasileiro do fórum das maiores economias globais* (Brasil, 2024a), entre outros documentos oficiais. Tal abordagem permite aprofundar a compreensão do tema e subsidiar a construção analítica, conforme Cervo e Bervian (2014).

VOCÇÃO AO MULTILATERALISMO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A política externa brasileira pode ser compreendida como uma política pública voltada à defesa de interesses nacionais no plano internacional, marcada pela centralidade do Es-

tado e por diretrizes históricas como autonomia, diversificação de parcerias e multilateralismo (Oliveira, 2005). Contudo, em um contexto de crescente interdependência global, essa separação entre o interno e o externo torna-se cada vez mais difusa, sendo a política externa resultado de interações contínuas entre ambas as esferas (Lima, 1994).

Essa orientação histórica adquire respaldo e coerência quando articulada ao conjunto de princípios que regem a conduta externa do país, uma vez que a Constituição Federal de 1988 estabelece princípios orientadores da atuação internacional do Brasil e confere coerência institucional à política externa (Lafer, 2005). Dessa forma, a tradição diplomática brasileira se sustenta não somente em práticas acumuladas ao longo do tempo, como também em bases jurídicas que definem a atuação externa do Brasil. Nesse contexto, Soares (2025) destaca que esses princípios constitucionais estruturam a política externa brasileira, orientando a atuação do Estado e vinculando seus formuladores e executores.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 4º, nesse sentido, estabelece como norteadores da política externa brasileira (PEB) os princípios da independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre Estados, a defesa da paz, a solução pacífica das controvérsias, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a adoção de asilo político, todos dotados de força vinculante e essenciais à ordem da atuação internacional do Brasil (Constituição Federal, 1988, art.4º).

De forma complementar, o artigo 3º da Constituição, ao estabelecer os objetivos fundamentais da República, também possui implicações diretas para a inserção internacional do país. Como observa Nascimento (2022), tais objetivos orientam a definição dos interesses nacionais e o exercício da soberania, ao estabelecerem diretrizes voltadas ao desenvolvimento socioeconômico e regional equilibrado e sustentável, constituindo elementos estruturantes de uma estratégia geotecnopolítica brasileira.

Ao analisar a literatura especializada, fica evidente que, ao longo da sua trajetória, a política externa brasileira é estruturada a partir de valores e fundamentos basilares, a título de exemplificação: pelo universalismo³, pela autonomia⁴, pelo pragmatismo⁵ e pelo multilateralismo⁶, que, embora se expressem de maneiras distintas, em menor ou maior intensidade, conforme os contextos internacionais e nacionais, conferem continuidade e coerência à PEB (Almeida, 2020). Justifica-se, portanto, a ênfase analítica dedicada ao multilateralismo neste estudo, na medida em que o objeto investigado, o T20 no âmbito da presidência brasileira do G20 Brasil, está intrinsecamente inserido em um arranjo multilateral.

No âmbito teórico, a compreensão de multilateralismo deve partir de uma conceitualização estrutural. Para Ruggie (1992), o multilateralismo constitui uma forma institucional que coordena as relações entre três ou mais Estados com base em princípios generalizados de conduta. Nesse sentido, a PEB defende o multilateralismo, de maneira constante e perene. Nesse sentido, no que se refere ao multilateralismo, a sua defesa é constante e perene pela política externa brasileira, tendo em vista que esse fenômeno decorre não apenas de uma preferência normativa, mas, como evidencia Lopes (2013), de uma formação conceitual enraizada na tradição diplomática brasileira.

Nesse quadro, a perspectiva de Lafer (2018) destaca que a tradição multilateral do Brasil não resulta de um compromisso episódico, mas é expressão de um juízo diplomático sedimentado historicamente, que oferece ao país a capacidade de projeção de voz e de participação na governança global. Essa compreensão articula-se de maneira direta ao argumento desenvolvido por Fonseca Jr, Patriota, Milani e Pereira (2022), que, ao analisarem conjuntamente o papel do Brasil no sistema internacional, sustentam que o multilateralismo é o principal método organizador da cooperação internacional com legitimidade universal, com ênfase na defesa do direito internacional, na valorização das instituições multilaterais, na bus-

ca por autonomia decisória e na aposta no universalismo compõem uma matriz de atuação que consolidou o Brasil como ator comprometido com a estabilidade normativa e com a ampliação da representatividade nos processos decisórios globais.

A análise de Mello (2012) ilumina de maneira assertiva a lógica histórica que permeia o engajamento brasileiro no multilateralismo, ao demonstrar que essa preferência transcende a dimensão normativa de valores universalistas, fundamentando-se também na combinação estrutural entre a busca por autonomia, o imperativo de desenvolvimento e a necessidade de manejar as assimetrias do sistema internacional. Além disso, o multilateralismo funciona simultaneamente como instrumento de projeção, ao ampliar a capacidade do Brasil de influenciar normas e participar da elaboração das regras da governança global, e como mecanismo de proteção. Assim, por meio das instituições e normas universalistas o país consegue ampliar sua voz, proteger seus interesses e moldar a governança internacional, razão pela qual o multilateralismo permanece como eixo estruturante e duradouro da ação externa do Brasil (Mello, 2011).

Destaca-se a relevância de fóruns como BRICS+, COP30 e G20, que evidenciam o multilateralismo como instrumento de autonomia estratégica do Brasil, ampliando sua atuação em temas como desenvolvimento, reforma de instituições e clima (Lopes, 2024). Nesses espaços, o diálogo e a negociação fortalecem a legitimidade das decisões. Entre eles, o G20 destaca-se como caso central para compreender a inserção do Brasil em debates estruturantes do sistema internacional, na medida em que se configura como um espaço privilegiado para a difusão de valores da PEB, uma vez que o Brasil buscou transitar de uma posição de espectador para uma mais ativa e influente na governança econômica global, por meio de uma atuação estratégica no âmbito multilateral e da ocupação gradual de espaços de poder e influência nas estruturas internacionais. Nesse contexto, a relevância do G20 relaciona-se à ampliação do

poder dissuasório do Brasil, entendido como sua capacidade de influenciar normas e agendas, utilizando o multilateralismo como instrumento para promover reformas na governança global e afirmar seus interesses de forma mais autônoma (Castro, 2017).

ORIGEM, EVOLUÇÃO E FUNCIONAMENTO DO G20

Ramos e Garcia (2024) observam que o G7 concentrava a governança econômica global; contudo, a crise mexicana da década de 1990 evidenciou suas limitações diante de turbulências financeiras cada vez mais complexas e interdependentes, impulsionando a necessidade de ampliar a participação de economias emergentes nos mecanismos de coordenação internacional. Nesse contexto, emergiram iniciativas como o G22 e o G33, que, conforme Lyrio e Pontes (2024), buscavam aumentar a representatividade nos debates sobre governança econômica. É nesse contexto que, em 1999, Paul Martin, então ministro das finanças e posteriormente primeiro-ministro do Canadá, e Larry Summers, secretário do tesouro dos Estados Unidos, articularam a criação do chamado G20 Financeiro, reunindo presidentes de bancos centrais e ministros das finanças de economias desenvolvidas e emergentes, com o objetivo de coordenar políticas voltadas à estabilidade financeira (Lyrio; Pontes, 2024). Dessa forma, Thorstensen e Thomazella (2024) destacam que o G20 não surgiu de forma repentina, mas como resultado de um processo gradual de ampliação e reconfiguração dos fóruns de cooperação econômica internacional.

Por quase dez anos, o G20 permaneceu restrito aos presidentes de bancos centrais e ministros das finanças (Ramos; Garcia, 2024). Contudo, a crise financeira de 2008, com epicentro no mercado imobiliário dos Estados Unidos e difundida pelo mundo, representou um marco ao G20, ao demonstrar que reformas na arquitetura de governança do sistema econômico eram imperativas. Diante disso, sob decisão do então presidente americano George

W. Bush e mediante solicitação de líderes europeus, o G20 foi elevado a nível de chefes de Estado e de governo, em novembro de 2008.

Esse movimento representou sua transformação definitiva em instância de governança econômica global (Thorstensen; Thomazella, 2024). Lyrio e Pontes (2024) aprofundam ainda mais esse momento evidenciando que a crise de 2008 acelerou mudanças já em curso, haja vista que, naquela altura, o peso econômico combinado do conjunto dos países emergentes já rivalizava o do G7, e a globalização financeira interligava irreversivelmente os destinos das economias desenvolvidas e em desenvolvimento.

Hajnal (2019) aponta que o G20, ao ser elevado ao nível de chefes de Estado, consolida-se como espaço plurilateral de coordenação econômica internacional. Este salto institucional não implica formalização, mas intensificação do papel político do fórum, que passa a ser descrito como um mecanismo de cooperação internacional. A Declaração de Pittsburgh (2009) marcou essa transição, expandindo sua agenda para além da estabilidade financeira, incluindo crescimento sustentável, regulação financeira e aprimoramento da governança econômica global (Lyrio; Pontes, 2024; Hajnal, 2019).

Diante do exposto sobre sua origem e evolução, é pertinente conceituar o G20, em suas configurações contemporâneas, à luz de Lyrio e Pontes (2024), que o descrevem como:

[...] uma organização informal, com estrutura flexível. Como assinalado anteriormente, as próprias origens do grupo explicam essa característica: o G20 foi concebido como um mecanismo de resposta ágil e, não raro, com capacidade de improvisação. Seu mandato é fluido, não havendo nenhum documento formal – como um tratado fundador – que estipule os limites de suas competências e defina suas atribuições específicas. Por essas razões, o G20 não pode ser equiparado a instituições internacionais criadas por meio de um instrumento jurídico acordado entre os seus membros, com competências e regras de funcionamento rígidas (2024, p. 41).

Como demonstram Lyrio e Pontes (2024), o G20 não possui tratado constitutivo ou secretariado permanente, o que define seu caráter flexível e não institucionalizado. Um dos elementos centrais de seu funcionamento é a presidência rotativa, organizada entre os cinco grupos de países, explicitados no quadro abaixo, com base

em um equilíbrio regional e no nível de desenvolvimento, em que o país que exerce o cargo tem poder para propor prioridades, definir agendas e organizar atividades.

Quadro 1- Países membros do G20 organizados em grupos⁶

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Arábia Saudita	África do Sul	Argentina	Alemanha	China
Austrália	Índia	Brasil	França	Coreia do Sul
Canadá	Rússia	México	Itália	Indonésia
Estados Unidos	Turquia		Reino Unido	Japão

Fonte: Lyrio e Pontes (2024)

Para garantir a continuidade dos trabalhos na ausência de um secretariado permanente, o G20 utiliza o mecanismo denominado *troika*, que constitui na liderança do país que exerce a presidência do grupo no ano corrente, pelo que exerceu a presidência no ano anterior e pelo que exercerá no ano seguinte, possibilitando transições contínuas, coordenação e compartilhamento de experiências (Lyrio; Pontes, 2024). Hajnal (2019) aponta que a rotatividade anual da presidência, apoiada pelo sistema *troika*, permite que líderes compreendam melhor as limitações e prioridades políticas internas de seus pares, facilitando a construção de consensos em um contexto de diversidade de interesses e sistemas políticos e ampliando as temáticas do bloco. Segundo Lyrio e Pontes (2024), a expansão gradual do G20 se reflete na criação de múltiplos grupos de trabalho, inicialmente centrados em finanças, mas depois distribuídos em duas trilhas: Finanças e Sherpas.

A Trilha de Finanças do G20 refere-se ao segmento responsável por tratar de assuntos macroeconômicos estratégicos e por acompanhar tecnicamente as políticas financeiras globais, concentrando-se na análise de riscos econômicos, no fortalecimento da resiliência financeira internacional e na promoção do crescimento equilibrado. Essa trilha é composta por ministros das finanças e presidentes de bancos centrais, organizadas em seis grupos técnicos - Assuntos do Setor Finan-

ceiro, Arquitetura Financeira Internacional, Economia Global, Finanças Sustentáveis, Inclusão Financeira e Infraestrutura - além de uma TF conjunta de Finanças e Saúde (Garcia; Fernández, 2024).

A Trilha de Sherpas, por sua vez, é o eixo da negociação política e diplomática responsável por preparar, coordenar e articular praticamente toda a agenda que será submetida aos líderes da cúpula anual. Composta por representantes e chefes de Estado, chamados Sherpas em analogia aos guias nepaleses que conduzem alpinistas ao topo das montanhas dos Himalaias, essa trilha funciona como um espaço em que se constroem consensos, se discutem prioridades e se elaboram os documentos finais do grupo. Os Sherpas supervisionam o trabalho dos grupos temáticos, forças-tarefa e iniciativas especiais, garantindo continuidade às negociações e coerência à agenda multisetorial do G20 (Garcia; Fernández, 2024). Além disso:

[...] a Trilha de Sherpas se organiza em quinze Grupos de Trabalho. São eles: anticorrupção; comércio e investimentos; cultura; desenvolvimento; economia digital; educação; trabalho; transições energéticas; turismo; empoderamento de mulheres; pesquisa e inovação; redução do risco de desastres; saúde; agricultura; sustentabilidade climática e ambiental (Garcia; Fernández, 2024, p. 15).

Para além da atuação dos líderes e representantes de Estado, além dos presidentes e ministros das finanças e presidentes de bancos centrais, denominados como grupos de trabalho, o G20 conta com os grupos de engajamento que reúnem atores não governamentais. Enquanto os grupos de trabalho são comitês técnicos formados por representantes governamentais, voltados para tratar de temas específicos da agenda global, elaborar recomendações e subsidiar as deliberações dos líderes de Estado, os grupos de engajamento atuam como fóruns independentes, liderados por organizações do país anfitrião, e agregam perspectivas da sociedade civil e setores produtivos ao processo de formulação de políticas (Garcia; Fernández, 2024).

em um equilíbrio regional e no nível de desenvolvimento, em que o país que exerce o cargo tem poder para propor prioridades, definir agendas e organizar atividades.

VOCAÇÃO AO MULTILATERALISMO DA
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O Brasil presidiu o G20 pela primeira vez entre dezembro de 2023 e dezembro de 2024, sob o lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável” (Garcia; Fernández, 2024). Durante o período, organizou mais de 130 reuniões e coordenou 22 grupos de trabalho, 3 forças-tarefa, culminando na 19ª Cúpula no Rio de Janeiro, em novembro de 2024. Esses eventos reforçaram compromissos alinhados às prioridades brasileiras, estruturadas em três eixos centrais que orientaram a agenda do G20 Brasil e buscaram articular soluções multilaterais para desafios contemporâneos (G20 Brasil, 2024a), conforme ilustrado a seguir:

Quadro 2 – Prioridades do G20 Brasil

Prioridade	Objetivos principais
Combate à Fome, à Pobreza e à Desigualdade	Reduzir a pobreza e a fome, promover políticas de inclusão social e garantir maior equidade entre países e populações.
Sustentabilidade, Mudanças do Clima e Transição Justa	Promover a transição para energias limpas, fortalecer políticas ambientais e incentivar o desenvolvimento sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental.
Reforma da governança global	Melhorar a representatividade e eficiência das instituições internacionais, tornando-as mais inclusivas e capazes de enfrentar desafios globais.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Garcia e Fernández (2024); G20 Brasil (2024a) e G20 Brasil (2024b)

Percebe-se que no primeiro eixo, o Brasil propõe a criação de um fundo internacional dedicado ao financiamento de políticas públicas que garantam o acesso universal à alimentação adequada e o combate à pobreza. No segundo eixo, a urgência climática é reconhecida, defendendo compromissos efetivos com mitigação e adaptação, redução de emissão de gases de efeito estufa, proteção das florestas e dos oceanos. Por fim, o último eixo é referente à

reinvidicação a reforma das instituições multilaterais, com o intuito de ampliar a voz e participação dos países do Sul Global nessas instituições (G20 Brasil, 2024b). Essas prioridades, portando, desdobraram-se concretamente nas forças-tarefas e iniciativas da presidência brasileiro do G20, refletidas em seu trabalho institucional.

A presidência brasileira estruturou o seu trabalho a partir das duas trilhas G20: a Trilha Sherpa, de natureza política e diplomática, que envolve múltiplos ministérios e contempla 15 grupos de trabalho, e a Trilha de Finanças, sob responsabilidade do Banco Central e do Ministério da Fazenda, que se concentra em questões macroeconômicas e financeiras e conta com 6 mecanismos de trabalho (Ministério das Relações Exteriores, 2024).

Sob a presidência brasileira, o G20 passou a contar com três forças-tarefa e uma iniciativa, articuladas às Trilhas de Sherpas e de Finanças, para impulsionar temas estratégicos. A TF para mobilização Global contra a Mudança do Clima atuou de forma transversal, buscando reforçar a resposta global às urgências ambientais. A de Finanças e Saúde ampliou a cooperação contra pandemias e contribuiu para a concepção do Fundo Pandêmico (2022). Já a TF para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza visou mobilizar recursos e políticas para o enfrentamento à fome e redução da pobreza no mundo. Por fim, a Iniciativa de Bioeconomia promoveu princípios para o uso sustentável de recursos biológicos renováveis (G20 Brasil, 2024a).

Para além das forças-tarefa, a presidência brasileira do G20 incorporou de forma inédita uma ampla participação social por meio dos grupos de engajamento, que historicamente atuam paralelamente às reuniões oficiais, oferecendo contribuições de atores não governamentais e trazendo perspectivas diversas sobre temas transversais aos grupos de trabalho. Para ampliar ainda mais essa interlocução, o Brasil criou o G20 Social, um novo espaço dedicado ao engajamento da sociedade civil, que reúne atividades dos grupos de engajamento (G20 Brasil, 2024a). Thorstensen, Sanchez-Badin, Cantin e Mota (2024) reforçam essa articulação da presidência ao afirmarem que:

Em consonância com a incorporação de temas mais sociais, a novidade da presidência é o G20 Social, criado com o intuito de aproximar a sociedade civil das discussões e formulações de políticas relacionadas à agenda, trazendo 13 grupos de engajamento (p.12).

O Brasil presidiu o G20 pela primeira vez entre dezembro de 2023 e dezembro de 2024, sob o lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável” (Garcia; Fernández, 2024). Durante o período, organizou mais de 130 reuniões e coordenou 22 grupos de trabalho, 3 forças-tarefa, culminando na 19ª Cúpula no Rio de Janeiro, em novembro de 2024. Esses eventos reforçaram compromissos alinhados às prioridades brasileiras, estruturadas em três eixos centrais que orientaram a agenda do G20 Brasil e buscaram articular soluções multilaterais para desafios contemporâneos (G20 Brasil, 2024a), conforme ilustrado a seguir:

Em 2024 os grupos de engajamento entregaram documentos finais, que sugeririam perspectivas e propostas de políticas, aos coordenadores das duas trilhas, em reuniões específicas e com antecedência suficiente para influenciar a Cúpula dos Líderes do G20 (G20 Brasil, 2024a), cujo ponto culminante desse processo foi a Cúpula Social, realizada entre 14 e 16 de novembro de 2024, em que documentos foram encaminhados aos líderes do G20, configurando-se, portanto, como uma inovação introduzida pelo Brasil, tendo potencial para se tornar um legado permanente ao incorporar, pela primeira vez, a contribuição direta dos povos historicamente excluídos das decisões globais (Thorstensen; Sanchez-Badin; Cantin; Mota, 2024), contribuindo diretamente “em torno dos três temas centrais da presidência brasileira do G20” (G20 Brasil, 2024b, p.1), citados anteriormente.

Com o intuito de identificar suas denominações e áreas de atuação, apresenta-se a seguir um quadro dos 13 grupos de engajamento que compuseram o G20 Brasil, permitindo a compreensão da amplitude temática que eles abarcam e configurando um instrumento fundamental para dimensionar os grupos que contribuíram para o G20 Social durante a presidência brasileira.

Quadro 3- Os 13 grupos de engajamento na presidência brasileira do G20

Sigla	Nome	Descrição
B20	Business	Representa a comunidade empresarial; formula recomendações de políticas econômicas e de investimento.
C20	Civil	Grupo da sociedade civil; atua em direitos humanos, justiça econômica, clima, sistemas alimentares, educação, tecnologia, governança democrática e outros temas sociais.
L20	Labour	Reúne sindicatos e trabalhadores; defende emprego digno, igualdade de gênero no trabalho, formalização, justiça tributária e crescimento sustentável.
T20	Think Tank	Grupo de think tanks e centros de pesquisa; produz <i>policy briefs</i> e análises técnicas para subsidiar políticas públicas e influenciar as Trilhas <i>Sherpa</i> e de Finanças.
U20	Urban	Representa as cidades; articula políticas urbanas sobre clima, economia e desenvolvimento sustentável; reúne prefeitos e lideranças locais.
Y20	Youth	Fórum de jovens líderes; discute desafios da juventude e propõe políticas voltadas a educação, emprego, participação política e inovação.
W20	Wowan	Promove igualdade de gênero; atua para reduzir desigualdades, ampliar direitos e garantir inclusão das mulheres na economia global.
S20	Science	Reúne academias e instituições científicas; promove recomendações baseadas em evidências para desafios globais.
Startup20	Startup	Representa ecossistemas de inovação e startups; promove empreendedorismo e políticas para desenvolvimento tecnológico.
P20	Parliament	Reúne representantes de parlamentos; promove diálogo legislativo internacional sobre governança e desenvolvimento.
SAI 20	Supreme Audit Institutions	Grupo das Instituições Superiores de Controle (Tribunais de Contas); debate transparência, auditoria e integridade nas políticas públicas.
J20	Justice	Representa cortes supremas e tribunais constitucionais; discute acesso à justiça, constitucionalismo e sistemas judiciais.
O20	Ocean	Focado na economia dos oceanos; reúne atores diversos para promover sustentabilidade marinha e proteção dos ecossistemas oceânicos.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Garcia e Fernández (2024) e G20 Brasil (2024a)

Percebe-se que a presidência brasileira do G20 conferiu centralidade aos grupos de engajamento de forma direta ao processo de formulação de políticas, em consonância com a marca do Governo Federal de ampliar a escuta e a participação da sociedade civil na construção das agendas públicas, inclusive no plano internacional. Dada sua relevância para a produção de conhecimento especializado e para o apoio nos processos de formulação de políticas no G20, o T20 Brasil será aprofundado na próxima seção, constituindo o foco central desta pesquisa.

O T20 BRASIL COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Para orientar as discussões deste tópico, parte-se da premissa de que o T20 Brasil funcionou como uma plataforma estratégica de projeção internacional da política externa brasileira no contexto da presidência do G20 em 2024. Ao articular redes de especialistas, pesquisadores e centros de pesquisa voltados à formulação de políticas públicas, por meio de *think tanks*, o T20 consolidou-se como um espaço privilegiado de circulação de ideias e de produção de propostas com potencial de influenciar agendas globais e processos decisórios internacionais (Calmon; Nascimento; Morlim; Milanêz, 2024).

A fim de sustentar essa análise, o presente tópico está organizado em três subseções complementares. A primeira, intitulada “Think tanks e sua influência na política externa”, tem como objetivo discutir o papel dessas instituições na produção de conhecimento, na formulação de políticas públicas e na construção de agendas internacionais. A segunda, “O T20 Brasil no contexto do G20 Brasil”, busca apresentar a estrutura, o funcionamento e a evolução do T20 enquanto grupo de engajamento, com ênfase em sua consolidação institucional e em sua dinâmica de produção de recomendações no âmbito do G20 Brasil. Por fim, a terceira subseção, “Convergência entre os valores da PEB e os temas das forças-tarefa do T20 Brasil”, analisa de que forma as agendas temáticas do

T20 Brasil dialogam com os princípios históricos e normativos da política externa brasileira, evidenciando sua projeção no cenário internacional.

THINK TANKS E ARTICULAÇÃO COM NA POLÍTICA EXTERNA

De acordo com Calmon, Nascimento, Morlim e Milanêz (2024), *think tanks* são instituições de pesquisa que atuam na produção de conhecimento científico e formulações de políticas públicas, respondendo à crescente demanda por informações qualificadas nos processos decisórios. O produto de *think tanks* corresponde à realização de pesquisas aplicadas, análises conjunturais e recomendações fundamentais em evidências, com o objetivo de aprimorar o debate público e subsidiar decisões tanto no setor público quanto no setor privado. Estruturados de forma permanente e podendo ser independentes ou vinculados a outras instituições, os *think tanks* traduzem o conhecimento científico para uma linguagem acessível a formuladores de políticas públicas e à sociedade, atuando como mediadores entre comunidades acadêmicas, governos e atores civis. No cenário global, assumem múltiplas funções, desenvolvem parcerias nacionais e internacionais e inovam em plataformas de disseminação de ideias, desempenhando papel central na circulação de conhecimento qualificado.

A partir dessa atuação, os *think tanks* assumem papel estratégico na produção e difusão de conhecimentos voltados à formulação de políticas públicas operando em um campo intersticial no qual se sobrepõem as esferas acadêmica, política, econômica e midiática. Ao mobilizar o capital específico de cada uma dessas dimensões, os *think tanks* ampliam sua autoridade intelectual e sua capacidade de influência sobre o debate público. Essa posição híbrida favorece sua atuação nas fases iniciais do ciclo de políticas públicas, especialmente na definição de agendas, momento em que contribuem para moldar percepções, enquadramentos analíticos e prioridades políticas (França; Wietchikoski, 2019).

Nesse sentido, a influência desses centros também se manifesta por meio de estratégias diversificadas de disseminação de ideias e de produção de conhecimento aplicado. A produção de publicações especializadas como relatórios, livros, newsletters e *policy briefs* constitui um dos principais instrumentos utilizados por esses centros para influenciar o debate político e moldar percepções sobre temas de interesse público, além da organização de eventos, conferências e seminários que reúnem especialistas, formuladores de políticas e representantes da sociedade civil (Iborra; Guttormsen, 2013). Tais iniciativas contribuem para a formação de redes de diálogo e cooperação, ao aproximarem-se das chamadas comunidades epistêmicas, com vistas à utilização de especialistas de diferentes áreas para produzir diagnósticos e recomendações voltadas à formulação de políticas públicas (Amorim; Silva, 2020; Secchi; Ito, 2016; Faria, 2018).

Além da difusão de ideias, os *think tanks* desempenham papel relevante na construção de agendas e na definição de marcos cognitivos que orientam os debates públicos. Ao produzir análises e interpretações sobre temas internacionais, essas organizações contribuem para a formulação de narrativas e conceitos que orientam a compreensão de problemas globais e das possíveis soluções políticas, ampliando sua capacidade de moldar o debate político e de orientar a formulação de políticas externas, cuja expressão é decorrente, sobretudo, da função de intermediação entre academia, governo e sociedade (Powell; Manfredi, 2015).

Essa dimensão torna-se ainda mais evidente quando se considera o papel dos *think tanks* na produção de ideias estratégicas em um ambiente internacional marcado por volatilidade, incerteza e complexidade. Ao oferecer análises sobre tendências globais, riscos e oportunidades, essas organizações atuam como vetores de poder ideacional, capazes de moldar percepções, influenciar agendas políticas e orientar estratégias de atuação internacional dos Estados (Powell; Manfredi, 2015; Amorim; Silva, 2020).

No caso brasileiro, é importante reconhecer

que a atuação internacional do Estado não se limita às estruturas tradicionais da diplomacia institucional, representadas pelo Ministério das Relações Exteriores. Observa-se, nas últimas décadas, uma crescente presença de múltiplos atores estatais e não estatais na projeção internacional do país, o que suscita debates sobre os limites e as definições da própria política externa enquanto política pública (Pinheiro; Gonçalves, 2023). Nesse sentido, questiona-se até que ponto as ações internacionais conduzidas por diferentes instituições podem ser consideradas parte da política externa, entendida como uma política pública formalmente autorizada pelo Estado (Lima, 1994).

Essa discussão relaciona-se ao processo mais amplo de internacionalização das políticas públicas. Tradicionalmente concebidas como instrumentos voltados ao ambiente doméstico, essas políticas passaram a interagir de forma crescente com dinâmicas e instituições internacionais, em um movimento associado à globalização e à intensificação da interdependência entre Estados. Como resultado, observa-se uma crescente interconexão entre agendas internas e externas, tornando menos nítida a distinção entre política doméstica e política externa (Milani; Pinheiro, 2013).

Nesse sentido, política pública pode ser entendida como um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por diferentes atores estatais ou mediados pelo Estado a partir de interações formais e informais com interesses organizados. Essas decisões envolvem a definição de objetivos, estratégias de atuação e alocação de recursos, com o objetivo de produzir ações ou omissões destinadas a manter ou transformar aspectos da realidade social, formulada por diferentes atores institucionais, influenciados por fatores internos e externos, como contextos políticos, econômicos e institucionais (Targa; Valente; Lopes, 2023).

Por fim, cabe apontar que a política externa é implementada em um ambiente internacional caracterizado pela interação entre diferentes Estados e atores internacionais, o que amplia os desafios e limitações enfrentados pelos formuladores de políticas. Além disso, a expansão da agenda internacional e a crescente

internacionalização de políticas públicas ampliam o número de áreas com implicações de política externa, tornando-a cada vez mais transversal e interconectada com outras políticas governamentais (Targa; Valente; Lopes, 2023). É nesse contexto que se insere o T20, grupo de engajamento do G20 que exemplifica a atuação dos *think tanks* na interface entre produção de conhecimento e governança global.

O T20 BRASIL NO CONTEXTO DO G20 BRASIL

O *Think20* (T20) foi criado em 2012, durante a presidência mexicana do G20, consolidando-se como um grupo oficial de engajamento dedicado à produção de conhecimento técnico para subsidiar as discussões do bloco. Composto por *think tanks* dos países-membros, o T20 oferece análises qualificadas e recomendações fundamentadas em evidências. A partir da presidência alemã, em 2017, o grupo passou a organizar seu trabalho por meio de forças-tarefa temáticas, o que permitiu aprofundar a elaboração de propostas e fortalecer sua capacidade de diálogo com formuladores de políticas do G20, outros grupos de engajamento e a comunidade internacional. Nesse processo, o T20 consolidou seu papel como um espaço de produção intelectual, essencial para ampliar a densidade analítica dos debates do G20 (Souza, 2024; Calmon; Nascimento; Morlim; Milanêz, 2024).

Dessa forma, Thorstensen, Sanchez-Badin, Cantin e Mota (2024) conceituam o T20 como um “grupo de engajamento que reúne *think tanks* e centros de pesquisa, tem como meta final o compartilhamento de documentos finais (ou *policy briefs*), contendo políticas e sugestões de atuação, para os líderes das Trilhas Sherpa e de Finanças” (p.13). Garcia e Fernández também corroboram essa análise, uma vez que os autores denominam o T20 como grupo de engajamento cujo escopo de suas funções perpassa a organização de conferências, eventos, *policy briefs* e elaboração de recomendações às Trilhas do G20 (2024).

No tocante de seu funcionamento, a cada ciclo anual, o T20 estrutura novas forças-tarefa

em que as agendas das mesmas são definidas pelo governo que exerce a presidência do fórum, incorporando contribuições dos *think tanks* dos demais países-membros, de maneira a refletir prioridades compartilhadas e desafios globais. Esse mecanismo de cooperação e reconhecimento permite que o T20 amplie o alcance da comunidade de pesquisa, oferecendo insumos estratégicos que fortalecem a elaboração de políticas alinhadas às prioridades do grupo. Dessa forma, o T20 cumpre uma função imprescindível na produção de conhecimento e tomada de decisão multilateral, reforçando o papel dos *think tanks* como atores relevantes na governança global (Souza, 2024).

Sobre a presidência brasileira do G20, a FUNAG, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) formaram o Comitê Organizador do T20 Brasil em 2024 por meio de Acordo de Cooperação Técnica. A nota conceitual elaborada pelas três instituições serviu como documento de referência para o desenvolvimento dos processos coordenados pelo comitê, estabelecendo como princípios norteadores a inclusão, a representatividade e a eficácia. Com o objetivo de ampliar o impacto do T20 Brasil nos processos do G20, a liderança brasileira buscou engajar redes colaborativas e reduzir a sub-representação histórica de *think tanks* da América Latina e África. Para tanto, foi realizado um mapeamento dessas instituições junto aos postos do MRE, e convites foram encaminhados para sua participação nos processos do T20 Brasil (Calmon; Nascimento; Morlim; Milanêz, 2024).

É oportuno apontar que o processo de formulação do T20 Brasil envolveu a elaboração de policy briefs e recomendações consolidadas no Communiqué, documento encaminhado às trilhas de Finanças e Sherpas do G20. Essa dinâmica permitiu que os *think tanks* ultrapassassem a função analítica tradicional, ao contribuírem diretamente para os processos decisórios internacionais. Ao articular perspectivas diversas e construir consensos sobre temas complexos, o grupo de engajamento converte produção acadêmica em orientações políticas pragmáticas, passíveis de incorporação

em declarações ministeriais e agendas de trabalho. Adicionalmente, o T20 Brasil inovou ao incorporar a elaboração de roadmaps, respondendo à recorrente lacuna de propostas sem diretrizes de implementação no âmbito do G20. Ao propor mecanismos como capacitação, transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimento, reforçou a viabilidade de transformar recomendações em ações concretas (Calmon; Nascimento; Morlim; Milanêz, 2024).

Para organizar a produção de recomendações, o Comitê Organizador estruturou seis forças-tarefa temáticas alinhadas às prioridades da presidência brasileira do G20 (Calmon; Nascimento; Morlim; Milanêz, 2024), cujas áreas de atuação estão detalhadas no quadro e no texto subsequentes:

Quadro 4 – Forças-Tarefa Temáticas do T20 Brasil

Força-Tarefa	Área Temática
TF01	Combate às desigualdades, à pobreza e à fome
TF02	Ação climática sustentável e transições energéticas inclusivas e justas;
TF03	Reforma da arquitetura financeira internacional
TF04	Comércio e investimento para o crescimento sustentável e inclusivo
TF05	Transformação digital inclusiva
TF06	Fortalecimento do multilateralismo e da governança global

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Calmon, Nascimento, Morlim e Milanêz (2024) e G20 Brasil (2024c)

Percebe-se que as forças-tarefas do T20 Brasil concentram-se em áreas centrais das prioridades da presidência brasileira do G20, formulando recomendações estratégicas voltadas à influência sobre decisões globais. Nesse contexto, essas forças-tarefas funcionam como instrumentos de formulação de políticas globais, em sintonia com a agenda da presidência brasileira, já apresentada, e alguns valores da PEB, a qual será apresentada na próxima subseção.

THINK TANKS E ARTICULAÇÃO COM
POLÍTICA EXTERNA

Para analisar as convergências entre as prioridades do T20 Brasil e os valores da Política Externa Brasileira (PEB), é necessário examinar a atuação do país em relação às temáticas das

forças-tarefa do grupo. Cabe destacar, inicialmente, que tais temáticas não foram definidas pelo Ministério das Relações Exteriores, mas pelos *think tanks* dirigentes do T20 Brasil, notadamente CEBRI, FUNAG e IPEA, responsáveis pela organização e sistematização das contribuições, convertendo debates especializados em recomendações de políticas públicas internacionais. Essas contribuições foram consolidadas em *policy briefs* e reunidas no *Communiqué*, documento encaminhado às trilhas de Finanças e Sherpas do G20, atuando como elo entre a produção de conhecimento e o processo decisório internacional (Brasil, 2024c).

Ademais, importa reconhecer que os *policy briefs* não foram elaborados exclusivamente por instituições brasileiras, contando também com contribuições de especialistas estrangeiros. Ainda assim, a relevância analítica reside na capacidade dos *think tanks* organizadores de definir prioridades, estruturar os debates e conduzir o processo que culminou na elaboração do *Communiqué*. Nesse sentido, a análise desenvolve-se em um exame específico da correspondência entre cada TF e esses valores, com o objetivo de aprofundar a compreensão das formas pelas quais essas instâncias incorporam e projetam, ainda que de maneira implícita, diretrizes e princípios da política externa brasileira.

Nesse sentido, a Força-Tarefa 1 (TF01), dedicada ao combate às desigualdades, à pobreza e à fome, dialoga diretamente com a projeção internacional de políticas sociais brasileiras. Ao longo dos anos 2000, o Brasil consolidou-se como referência global nesse campo, difundindo iniciativas como o Bolsa Família, o Programa Fome Zero e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, além de fortalecer a cooperação com instituições cuja atuação se vincula ao enfrentamento dessas agendas, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Lima, 2023). Se, por um lado, Lima (2023) evidencia a consolidação doméstica e a difusão internacional dessas políticas, por outro, Zorzi e Finger (2011) destacam que tais agendas ultrapassaram essa dimensão, tornando-se elementos estruturantes

da própria inserção internacional brasileira, especialmente por meio da cooperação Sul-Sul. Nessa perspectiva, a TF01, ao propor recomendações voltadas à proteção social, segurança alimentar e ao fortalecimento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza (G20 Brasil, 2024c), não apenas retoma esse legado, mas o atualiza ao traduzir valores da PEB em diretrizes de alcance global.

A TF02, dedicada à ação climática e às transições energéticas inclusivas e justas, alinha-se de forma estruturante à política externa brasileira, na medida em que a agenda ambiental historicamente articula os planos doméstico e internacional. Os regimes internacionais de clima e os fóruns multilaterais influenciaram simultaneamente a formulação de políticas internas, como o Proinfa e outros mecanismos de incentivo às energias renováveis, e o posicionamento externo do Brasil desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. De modo complementar, marcos como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável reforçam a consolidação do desenvolvimento sustentável como eixo normativo da atuação brasileira e evidenciam a defesa de princípios como justiça climática, financiamento acessível para países em desenvolvimento, valorização dos conhecimentos de povos tradicionais e promoção de transições energéticas que conciliem descarbonização, inclusão social e preservação da biodiversidade (Vieira, 2024).

De maneira complementar, a discussão sobre a reforma da arquitetura financeira internacional, foco do TF03, reforça outra vertente histórica da PEB: a reivindicação por maior equilíbrio, representatividade e democratização das instituições financeiras globais (Lima, 2010). O Brasil possui longo histórico em defender reformas das instituições, sobretudo, financeiras, o país passou a defender maior regulação global, revisão das regras de governança e ampliação da participação do Sul Global nas decisões internacionais (IPEA, 2010), movimentos que dialogam diretamente com as recomendações do TF03. Assim, ao abarcar te-

temas como mudança nas políticas de empréstimo, financiamento em moedas locais, renegociação de dívidas soberanas, tributação internacional e melhor alocação de recursos destinados ao desenvolvimento (Brasil, 2024c), o TF03 articula-se claramente com as diretrizes e prioridades históricas da política externa brasileira.

A TF04, dedicado ao comércio e investimento para o crescimento sustentável e inclusivo, dialoga diretamente com a trajetória histórica da política comercial brasileira, marcada pela autonomia pela participação e pela utilização do sistema multilateral como instrumento de defesa e promoção de interesses nacionais em instituições multilaterais, a título de exemplo a Organização Mundial do Comércio. (Oliveira, 2012). O TFO4 insere-se nesse aspecto da política externa brasileira ao propor recomendações voltadas à diversificação produtiva, facilitação do comércio, integração global inclusiva e fortalecimento de cadeias de valor que reduzam assimetrias históricas, permitindo que o comércio gere ganhos mais equitativos e ambientalmente responsáveis (G20 Brasil, 2024c).

A TF05 articula-se diretamente à política externa brasileira ao inserir o país nos debates sobre governança digital, inclusão tecnológica e inteligência artificial, eixos da chamada PEB 3.0 (Garcia, 2022). Nesse contexto, a agenda digital amplia a atuação brasileira em temas como desinformação, cibersegurança e dependência tecnológica, reforçando a necessidade de proteção de interesses nacionais e de participação ativa em fóruns multilaterais. Assim, a TF05 evidencia a digitalização como campo estratégico da inserção internacional, ao mesmo tempo em que traduz para o ambiente digital valores centrais da PEB, como inclusão, soberania tecnológica, direitos humanos e democratização do acesso ao desenvolvimento (G20 Brasil, 2024c).

Por fim, a TF06, dedicado ao fortalecimento do multilateralismo e da governança global, dialoga diretamente com um dos eixos históricos mais estruturantes da política externa brasileira: o multilateralismo. Esse conceito sustenta que a ordem internacional deve ser regida por regras

produzidas de forma conjunta e cujos efeitos sejam equitativos para todas as nações, sobretudo os países historicamente marginalizados nos processos decisórios. Ao defender instituições como a ONU e a OMC, a PEB busca corrigir assimetrias e garantir que o multilateralismo não seja instrumento de consolidação do poder das grandes potências, mas mecanismo de equilíbrio, representatividade e justiça internacional (Cervo; Bueno, 2011). Nesse sentido, a TF06 projeta internacionalmente valores centrais da PEB, como a defesa da negociação, da inclusão, da reforma das regras globais e da construção de uma ordem internacional baseada em reciprocidade, consolidando o T20 Brasil como um instrumento de reafirmação e modernização da tradição multilateralista brasileira.

A atuação do Brasil por meio das forças-tarefa do T20 Brasil influenciou a formulação de políticas globais alinhadas não apenas às prioridades da presidência brasileira do G20, mas também aos próprios paradigmas históricos da política externa brasileira e da diplomacia do país. Nesse sentido, o T20 Brasil apresentou-se não apenas como um fórum de debate, mas como um catalisador de políticas públicas com impactos concretos na governança global, contribuindo para que o G20 Brasil incorporasse recomendações coerentes com os interesses brasileiros. Ao integrar perspectivas internacionais e temas prioritários da agenda nacional, os *think tanks* projetaram valores e prioridades, de modo indireto, da política externa brasileira no cenário internacional, convertendo princípios nacionais em diretrizes de alcance global. Essa articulação entre os *think tanks* e a política externa brasileira, fortaleceu a projeção e o resgate de valores da PEB, ampliando a capacidade de influência e posicionando o Brasil como ator propositivo na construção de soluções para desafios globais contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o T20 Brasil desempenhou um papel estratégico relevante na projeção e no fortalecimento da política externa brasileira durante a presidência do país no G20, ultrapas-

sando uma função meramente consultiva. Ao articular redes internacionais de especialistas, pesquisadores e centros de pesquisa, o T20 Brasil contribuiu para transformar conhecimento acadêmico e técnico em recomendações de políticas públicas voltadas a desafios globais. Esse processo ocorreu por meio da produção de *policy briefs*, da organização de debates especializados e da consolidação dessas contribuições no *Communiqué* do T20 Brasil, documento apresentado aos líderes do G20 como subsídio técnico para os processos deliberativos do fórum.

A pesquisa evidencia que os *think tanks* envolvidos no T20 Brasil atuaram como intermediários entre a produção de conhecimento especializado e os processos decisórios internacionais. Ao reunir as contribuições elaboradas pelas diferentes forças-tarefa temáticas, essas instituições contribuíram para estruturar propostas alinhadas às prioridades definidas pela presidência brasileira do G20, especialmente no que se refere ao combate à fome, à pobreza e às desigualdades; à promoção da sustentabilidade e da transição energética justa; e à reforma da governança global. Dessa forma, o grupo de engajamento em questão possibilitou a tradução dessas prioridades políticas em recomendações concretas de políticas públicas, ampliando as possibilidades de difusão e incorporação dessas agendas em processos multilaterais e em políticas adotadas pelos países-membros do G20.

Nesse sentido, o T20 Brasil operou como um espaço de articulação entre comunidade científica, sociedade civil e formuladores de políticas, reforçando o papel do conhecimento especializado na construção de consensos internacionais. Ao mobilizar redes transnacionais de especialistas e promover a circulação de ideias e diagnósticos sobre desafios globais, o T20 Brasil contribuiu para fortalecer o multilateralismo e ampliar a capacidade do Brasil de influenciar debates e agendas estratégicas no sistema internacional.

Assim, o T20 Brasil pode ser compreendido como um instrumento relevante de diplomacia do conhecimento e de projeção internacional da política externa brasileira. Ao integrar produção

acadêmica, formulação de políticas e governança global, o grupo ampliou a visibilidade internacional do Brasil e reforçou sua atuação como ator comprometido com a construção de soluções cooperativas para desafios globais contemporâneos. Dessa forma, o T20 Brasil não apenas fortaleceu a inserção internacional do país, mas também evidenciou o potencial das redes de *think tanks* e das comunidades epistêmicas como mecanismos de apoio à formulação e à difusão de políticas públicas no âmbito da governança global.

NOTAS

¹Diplomata de carreira. Mestre em Administração pela Universidade de Brasília. E-mail: almirlimanascimento@gmail.com.

²Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília. E-mail: rluisguilherme9@gmail.com.

³O universalismo, delimitado por Lessa (1998), corresponde à vocação histórica do Brasil para construir e manter um amplo e diversificado de relações bilaterais, espalhado pelos cinco continentes e sustentado por vínculos pacíficos, operacionais e socialmente dinâmicos. Essa universalidade, entendida como obra total dos contatos externos do país, constitui parte da moldura conceitual da práxis diplomática brasileira, a qual é moldada desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Ayllón (2016) ressalta ainda que o universalismo é utilizado para a consolidação de parcerias políticas e econômicas vantajosas ao Brasil.

⁴Vigevani e Cepaluni (2011), apontam que a PEB tem sido historicamente estruturada pela busca de autonomia, dimensão que constitui o núcleo normativo da ação internacional do Brasil, moldando as suas estratégias de inserção internacional, ao permitir que o país coopere, negocie e se posicione sem estar subordinado a grandes potências e estruturas assimétricas de poder no sistema internacional.

⁵Entende-se pragmatismo como a adoção de uma postura flexível orientada por interesses nacionais, em detrimento de alinhamentos automáticos (Almeida, 2020).

⁶A União Europeia e a União Africana também constituem o fórum, sendo que a última foi incorporada 2023 (G20 África do Sul, 2024).

⁷Declara-se que a ferramenta ChatGPT foi utilizada como apoio na adequação das referências bibliográficas às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O procedimento consistiu na inserção das fontes coletadas na ferramenta, mediante o uso do prompt: “Formate as fontes conforme as normas da ABNT, livros, artigos e site do governos estão entre as fontes”. A partir das respostas geradas, procedeu-se a um trabalho subsequente de revisão e correção manual, com o objetivo de ajustar inconsistências, padronizar elementos e garantir a conformidade integral com as normas vigentes. Ressalta-se, portanto, que o uso da ferramenta teve caráter instrumental, sendo complementado por verificação crítica e adequações posteriores realizadas no próprio trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Apogeu e demolição da política externa brasileira: reflexões de um diplomata não convencional**. Brasília: Diplomattizando, 2020.

AMORIM, Camille; SILVA, André Luiz Reis da. Os think tanks brasileiros e a agenda de política externa de Lula da Silva e Rousseff para a África. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 208–233, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21530/ci.v15n1.2020.964>. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/214312/001118080.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 mar. 2026.

AYLLÓN, B. Aspectos conceituais da diplomacia universalista do Brasil: as relações bilaterais e a integração regional (1945–2000). **Carta Internacional**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 15–25, 2006. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/398>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Presidência brasileira do G20**. [Brasília]: Ministério das Relações Exteriores, 1 dez. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/presidencia-brasileira-do-g20-1. Acesso em: 01 dez. 2025.

CALMON, Annita; NASCIMENTO, Almir Lima; MORLIM, Diego; MILANEZ, Lívia. Grupos de Engajamento do G20: a experiência de um Comitê Organizador, T20 Brasil. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, ano 10, n. 15, p. 349–369, dez. 2024. DOI:10.61623/cpe.v10n15.a13.

CASTRO, Gabriel Sandino de. A política externa enquanto guerra de posição: a inserção internacional do Brasil e o G20 financeiro. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19953/5/Pol%C3%adticaExternaGuerra.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2026.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2011. 593 p.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Políticas públicas e relações internacionais**. Brasília: Enap, 2018. 104 p. Disponível em: https://bibliotecadigital.enap.gov.br/bitstream/1/3335/4/Livro_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

FONSECA JÚNIOR, Gelson; PATRIOTA, Antonio de Aguiar; MILANI, Carlos; PEREIRA, Lia Valls. **Multilateralismo e multipolaridade**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), 2022. Disponível em: https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/CEBRI_PP_Multilateralismo.pdf.

FRANÇA, André Moraes; WIETCHIKOSKI, Luciana. A política externa brasileira representada por think tanks estadunidenses (2001–2014). In: 3º Seminário de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), Florianópolis, 2016. Disponível em: http://encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/23_old/1473705406_ARQUIVO_ArtigoversaofinalenviadaABRI2016-LWietchikoskieAFranca.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

GARCIA, Ana; FERNÁNDEZ, Marta. **Caderno para entender o G20**. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center; 2024. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/08/Caderno-Entender-o-G20-compactado.pdf>.

GARCIA, Eugênio V. Pós-bicentenário verde-digital: uma política externa 3.0 para o Brasil. Revista CEBRI, ano 1, n. 4, out./dez. 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/59/pos-bicentenario-verde-digital-uma-politica-externa-30-para-o-brasil>. Acesso em: 27 abr. 2026.

G20 Brasil 2024. **Brasil na presidência do G20**: prioridades, ações e resultados do mandato brasileiro do fórum das maiores economias globais. Brasília: G20 Brasil 2024, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/g20/pt-br/sobre-o-g20/e-book-brasil-na-presidencia-do-g20>. Acesso em 1 dez. 2025.

G20 Brasil 2024. **G20 Social – Declaração Final**. Rio de Janeiro: G20 Brasil 2024. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/g20/pt-br/documentos/g20-social-declaracao-final>. Acesso em: 01 dez. 2025.

G20 Brasil 2024. **T20 Brasil: Communiqué and Implementation Roadmaps**. Rio de Janeiro: G20 Brasil 2024, 2024c. Disponível em: https://t20brasil.org/media/documentos/arquivos/T20_Communique_Roadmaps.pdf. Acesso em: 01 dez. 2025.

G20 Brasil 2024. **Sobre o G20**: Grupo é o principal fórum de cooperação econômica internacional. [s.l.]: G20 Brasil 2024, 2024d. Disponível em: <https://www.gov.br/g20/pt-br/sobre-o-g20>. Acesso em: 26 de abril de 2026.

HAJNAL, Peter I. **The G20: Evolution, Interrelationships, Documentation**. 2. ed. London: Routledge, 2019. 342 p. eBook. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781351266802>.

IBORRA, Iván Medina; GUTTORMSEN, David S. A. Visibility and activity: foreign affairs think tanks in the United Kingdom. **Political Perspectives**, v. 7, n. 1, p. 46–74, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Inserção internacional brasileira**: temas de economia internacional. Livro 3, v. 2. Brasília: Ipea, 2010, 516 p. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro03_insercaointernacional_vol2.pdf. Acesso em: 27 abr. 2026.

LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001, 126 p. ISBN 85-273-0257-8.

LAFER, Celso. **A internacionalização dos direitos humanos: Constituição, racismo e relações internacionais**. 1. ed. Barueri: Editora Manole, 2005.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. especial “40 anos”, p. 29-41, 1998.

LIMA, Maria Regina Soares de. Eixos analíticos e conflito de paradigmas na política exterior brasileira. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO; INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IPRI); ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (orgs.). As políticas exteriores da Argentina e do Brasil frente a um mundo em transição: diversidade, convergência e complementaridade. Caderno do IPRI n. 11. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1994.

LIMA, Maria Regina Soares de. Tradição e inovação na política externa brasileira. Plataforma Democrática: Working Paper n. 3, jul. 2010. Disponível em: <https://plataformademocratica.org/arquivos/Tradicao%20e%20Inovacao%20na%20Politica%20Externa%20Brasileira.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2026.

LIMA, Thiago. A cooperação humanitária alimentar do Brasil (2003-2016): de uma experiência inovadora à tradicional política da ajuda alimentar. In: OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LIMA, Thiago (orgs.). **Política externa brasileira e combate à fome: lições do passado, perspectivas para o futuro**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. cap. 2. p. 47-82. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/79jbb>. DOI:<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-419-6>. Acesso em: 26 de abril de 2026.

LOPES, Dawisson Belém. "Eu vi o mundo": o princípio do multilateralismo nas gestões de política externa de Cardoso e de Lula. **Política Externa**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 39-47, out./dez. 2013.

LOPES, Dawisson Belém. A política exterior no ano inaugural do governo Lula III. **CEBRI-Journal**, n. 187, 2025. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/187/269>. Acesso em: 01 dez. 2025.

MELLO, Flávia de Campos. O Brasil e o multilateralismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

MELLO, Flavia de Campos. O multilateralismo na política externa brasileira. **Carta Internacional**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 163-173, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/63/49>. Acesso em: 1dez. 2025.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, jan./jun. 2013. Disponível em: https://carlosmilani.com.br/wp-content/uploads/2014/01/milani_pinheiro_contexto2013.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

NASCIMENTO, Almir Lima. 200 Anos de Independência do Brasil: Trajetória Geopolítica e o Desafio Tecnológico do Século XXI. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército : Análise Estratégica**, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 1-5, 2022. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/CEEExAE/article/view/10745>. Acesso em: 11 mar. 2026.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política externa brasileira**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Política comercial e política externa no Brasil: uma análise da estratégia de negociação comercial brasileira (1995-2010). Brasília: Ipea, ago. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/402c7ae8-86a2-4150-a357-00444f273b0f/content>. Acesso em: 27 abr. 2026.

PINHEIRO, Letícia; GONÇALVES, Fernanda Nanci. O estudo da política externa como política pública: vinho velho em garrafas novas?. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n. 33, p. 17-41, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/499>. Acesso em: 27 abr. 2026.

POWELL, Charles; MANFREDI, Juan Luis. Innovación, diplomacia y think tanks. [S.l.]: Real Instituto Elcano, 2015. Disponível em: <https://charlespowell.eu/wp-content/uploads/2016/01/2015-Innovacion-diplomacia-y-think-tanks.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2026.

PONTES, Kassius Diniz da Silva; LYRIO, Mauricio Carvalho. **O G20**. 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2024.

RAMOS, Leonardo; GARCIA, Ana. Breve história do G20 e a participação social na agenda brasileira para 2024. **CEBRI-Journal**, n. 160, 2024. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/160/283>. Acesso em: 01 dez. 2025.

RUGGIE, John. Multilateralism: The anatomy of an institution. **International Organization**, Cambridge, v. 46, n. 3, p. 561–598, jun. 1992. DOI: 10.1017/S0020818300027831.

SECCHI, Leonardo; ITO, Letícia Elena. Think tanks e universidades no Brasil: análise das relações na produção de conhecimento em política pública. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, Brasília, n. 46, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/554/395>. Acesso em: 12 mar. 2026.

SILVA, Danielle Costa da. Política Externa é Política Pública: reflexões sobre a política externa brasileira. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 13–23, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/13715>. Acesso em: 1 dez. 2025.

SOARES, Joabson Cruz. A participação do Brasil nas operações de paz da ONU com base nos princípios da PEB (1993-2011). **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 13, p. e024009, 2025. DOI: 10.36311/2237-7743.2024.v13.e024009. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/15265>. Acesso em: 1 dez. 2025.

SOUZA, André de Mello e. **T20 celebrates 12th anniversary during Brazil's G20 presidency in 2024**. [S.l.]: IPEA, 2023. Disponível em: https://ipcid.org/wp-content/uploads/2023/04/IPCID_006_T20_celebrates_12th_anniversary.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

TARGA, Leandro Garcez; VALENTE, Mario Schettino; LOPES, Dawisson Belém. Política externa como política pública: proposta de análise relacional a partir de redes e espaços sociais. **Revista Tempo do Mundo**, [S. l.], n. 33, p. 205–233, 2023. DOI: <https://doi.org/10.38116/rtm33art7>. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/501>. Acesso em: 12 mar. 2026.

THORSTENSEN, Vera Helena; THOMAZELLA, Fábio Jorge de Toledo. O G20 na governança global: criação, evolução, estrutura e funcionamento. **Tempo do Mundo**, Brasília, v. 34, p. 193–220, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/514>. Acesso em: 01 dez. 2025.

THORSTENSEN, Vera; SANCHEZ-BADIN, Michelle R.; CONTIN, Mayra; MOTA, Catherine Rebouças. A agenda do G20 da presidência do Brasil. **Revista de Direito do Comércio Internacional**, São Paulo, n. 7, p. 10–15, 2024.

VIEIRA, Flávia do Amaral. Política externa brasileira: da Rio-92 à COP30. In: FOLLY, Maiara; CLOSS, Marília; GONZALEZ, Vitória (orgs.). **Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo**. Brasília: FUNAG, 2024. cap. 4, p. 101–122.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

ZORZI, Felipe Bortoncello; FINGER, Marina de Oliveira. A política externa brasileira durante os governos Lula (2003-2010) e a cooperação para o desenvolvimento: o caso do Fome Zero e a sua instrumentalização. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 41–57, 2011. Acesso em: 27 abr. 2026.